

## PROJETO DE LEI Nº 1472/2012

EMENTA:

INSTITUI O CULTURA VIVA – PROGRAMA ESTADUAL DE CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Autor(es): Deputado ROBSON LEITE

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

**Art. 1º** – Esta Lei institui o Cultura Viva – Programa Estadual de Cultura, Educação e Cidadania, vinculado ao Plano Estadual de Cultura, que estabelece normas para o seu funcionamento, no Estado Rio de Janeiro.

**Art. 2º** – São objetivos do Cultura Viva – Programa Estadual de Cultura, Educação e Cidadania:

- I- Garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos fluminenses, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, gerir e difundir iniciativas culturais;
- II- Estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas;
- III- Promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de interlocução com a sociedade civil;
- IV- Ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- V- Consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;
- VI- Garantir o respeito à cultura como direito de cidadania, à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;
- VII- Estimular iniciativas culturais já existentes, através da transferência de recursos da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro para os beneficiários designados por meio desta lei;
- VIII- Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- IX- Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais em espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural, bem como de museus, centros culturais em diferentes situações de aprendizagem, desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos estão inseridos;
- X- Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade;
- XI- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira como um todo;

XII- Potencializar ações sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura comunitária, cooperativa, solidária e transformadora;

XIII- Promover pactos com os diversos agentes sociais governamentais e não-governamentais, visando um desenvolvimento humano sustentável, tendo a cultura como principal forma de construção e expressão da identidade nacional;

XIV- Desenvolver uma rede de transformação, criação e construção culminando em uma teia comunitária que contemple a todos elencados nesta lei;

XV- Garantir e valorizar ações de construção e recriação simbólica, de formação de comportamentos sociais, valores e expressões da sociedade brasileira, mantendo o foco nas ações dirigidas ao processo educacional e às populações mais excluídas de direitos sociais e do usufruto de bens culturais.

**Art. 3º** – São considerados beneficiários do Programa Cultura Viva – Programa Estadual de Cultura, Educação e Cidadania:

I- Estudantes da rede básica de ensino público (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) de todos os segmentos sociais;

II- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;

III- Populações de baixa renda, habitando áreas de vulnerabilidade e risco social com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos, em regiões metropolitanas, como nos pequenos municípios;

IV- Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental;

V- Comunidades tradicionais indígenas, rurais, quilombolas, pescadores artesanais, caiçaras e populações ribeirinhas;

VI- Agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação pública e agentes sociais que desenvolvam ações de arte, cultura e educação, de todos os saberes e fazeres, de combate à exclusão social e cultural;

**Art. 4º** – Entre as ações do Cultura Viva – Programa Estadual de Cultura, Educação e Cidadania, destacam-se:

I- **Pontos de Cultura:** núcleos culturais juridicamente constituídos formados por entidades não governamentais sem fins lucrativos que articulam as diversas ações do programa;

II- **Pontões de Cultura:** espaços culturais, redes regionais e/ou temáticas de Pontos de Cultura, Centros de Cultura que têm como objetivos executar ações de mobilização e articulação, visando capacitação, mapeamento e ações conjuntas;

III- **Pontos de mídia livre:** núcleos juridicamente constituídos que atuam no desenvolvimento de novas mídias e ferramentas de comunicação compartilhadas e colaborativas;

IV- **Escola Viva:** ações que promovam o diálogo e a parceria entre pontos de cultura e ambientes da educação formal – escolas, creches, universidades;

V- **Ação Griô:** iniciativas de reconhecimento dos saberes e fazeres da tradição oral do povo fluminense, em diálogo com a educação formal, os griôs e mestres de tradição oral

com reconhecimento político, social e econômico;

VI- **Cultura Digital:** ações e iniciativas envolvendo novas tecnologias e ferramentas de comunicação, desenvolvimento de plataformas de produção e difusão cultural nos ambientes da internet e suportes audiovisuais;

VII- **Interações Estéticas:** residências artísticas que promovam o diálogo entre artistas e expressões da arte contemporânea com as comunidades atendidas pelos pontos de culturais;

VIII- **Agente Jovem de Cultura Viva:** ações de estímulo, protagonismo juvenil e difusão de bens e produtos culturais.

**Art. 5º** – Para fins previstos nesta lei, se reconhece como **Ponto de Cultura** a toda organização, associação e agrupamento artístico-cultural sem fins lucrativos da sociedade civil, que desenvolva e promova iniciativas nos mais diferentes campos, tomando a arte e as manifestações culturais como ferramentas principais para o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas e como gerador de trocas no entorno de suas comunidades para contribuir com uma melhor qualidade de vida.

**Parágrafo único** – O Ponto de Cultura não terá um modelo único, de projeto, de ações desenvolvidas, de instalações físicas, de programação ou atividade. Mas um aspecto que será comum a todos é o compartilhamento entre os diversos níveis do poder público envolvido e a comunidade local, entendendo-se aí não somente os agentes institucionais ou específicos da produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido mais amplo.

**Art. 6º** – São objetivos do **Ponto e dos Pontões de Cultura:**

I- Agregar agentes culturais e mediadores que articulem e impulsionem um conjunto de ações nas suas comunidades, incluindo a relação com a rede escolar, bem como o Ponto será o meio de ligação entre as ações do poder público em relação com as ações da comunidade e destas entre si;

II- O Ponto de Cultura é um espaço da experimentação para a criatividade popular e para as novas linguagens, a memória e a invenção;

III- Aumentar a visibilidade das diversas iniciativas culturais;

IV- Estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural;

V- Promover a diversidade cultural fluminense, garantindo diálogos interculturais;

VI- Contribuir para o fortalecimento da autonomia e emancipação social das comunidades;

VII- Estimular a articulação das redes sociais e culturais;

VIII- Adotar princípios de gestão compartilhada entre agentes culturais não governamentais e o Estado do Rio de Janeiro;

IX- Fomentar as economias solidária e criativa;

X- Proteger o patrimônio cultural material e imaterial;

XI- Apoiar e incentivar manifestações culturais populares;

XII- Desenvolver programação integrada entre Pontos de Cultura por região.

**Art. 7º** – Fica estabelecido que o método de escolha dos parceiros será por adesão e o recebimento de propostas se dará a partir de chamamento público por edital, cabendo a Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro definir parâmetros, critérios e recursos.

**Art. 8º** – O edital tem por objetivo a concessão de apoio, de preferência na forma de prêmio, por meio de repasse de recursos financeiros do órgão estadual de cultura a Pontos de Cultura, para projetos culturais que desenvolvam ações continuadas em pelo menos uma das áreas de Culturas Populares, grupos étnico-culturais, patrimônio material, audiovisual e radiodifusão, culturas digitais, gestão e formação cultural, pensamento e memória, expressões artísticas, e/ou ações transversais.

**Art. 9º** – Podem participar do edital pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que sejam de natureza cultural como associações, sindicatos, cooperativas, escolas caracterizadas como comunitárias, associações de pais e mestres ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Pontos de Cultura, todos sediados e com atuação comprovada na área cultural há pelo menos dois anos no Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 10** – A seleção dos beneficiários do Cultura Viva – Programa Estadual de Cultura, Educação e Cidadania será executada por meio de edital.

**Parágrafo único** – Para realizar avaliação e seleção dos inscritos nos editais será composta por Comissão Julgadora paritária entre poder executivo e sociedade civil.

**Art. 11** – Os recursos para execução do Cultura Viva – Programa Estadual de Cultura, Educação e Cidadania – constarão do planejamento do Fundo Estadual de Cultura, nas respectivas Leis Orçamentárias.

**Art. 12** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

*Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 12 de abril de 2012. Deputado ROBSON LEITE*